

JOHN DEWEY: UM CLÁSSICO EM DIÁLOGO COM AS QUESTÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DE SEU TEMPO

Verenice Mioranza de Medeiros

Resumo: o presente artigo busca situar a teoria educacional da “escola nova” desenvolvida por John Dewey (1859-1952), no contexto de crise do liberalismo e do modo capitalista de produção. A emergência dos Estados totalitários, as guerras mundiais e a crise de 1929 colocavam em xeque a democracia liberal nos países capitalistas, sobretudo nos Estados Unidos. Como um filósofo liberal de sua época, Dewey analisa estas questões sociais, políticas e sobretudo econômicas. Encontra simpatia na política do estado interventor de John Maynard Keynes (1883-1946) como salvaguarda da economia em crise e observa que o novo modelo produtivo do fordismo necessita uma mão-de-obra qualificada com uma educação elementar de cunho ideológico. Para evitar que a classe trabalhadora americana venha simpatizar ao regime socialista, propõe um sistema educacional que absorva toda a classe trabalhadora para uma formação ética, moral, democrática, patriótica e adaptada ao modo de produção fordista americano.

Palavras-chave: liberalismo, educação e John Dewey

No início do século XX, no contexto das grandes guerras, as nações capitalistas inseridas num processo de industrialização avançada, necessitavam expandir fronteiras e conquistar novos mercados, mas precisavam também manter uma unicidade interna tanto política quanto econômica. Fatores de crise econômica como a Grande Depressão e de crise política liberal como o crescimento do movimento comunista no mundo, colocavam em xeque o capitalismo e o liberalismo. Os Estados Unidos estavam entre as nações mais ameaçadas por essas crises.

A forte crise enfrentada pelo capitalismo, tornava questionável os princípios do liberalismo pelos próprios capitalistas e muito mais pela população que, de fato, sentia em maior intensidade os efeitos dessa crise. É nesse contexto que, John Dewey (1859-1952), educador estadunidense, propõe uma reformulação nos princípios liberais, aplicáveis na educação e formação da mão-de-obra, para que esta possa manter-se pacificamente democrática mesmo diante de uma crise financeira do capitalismo.

Dewey estudou filosofia na Universidade de John Hopkins, onde foi fortemente influenciado pelas idéias de George Morris, que o convidou para atuar como professor na Universidade de Michigan (1884). Em fins da década de 1980, Dewey passa a interessar-se pelo ensino público dos Estados Unidos e a partir daí passa a desenvolver uma série de

trabalhos que o destacam, culminando na escola experimental, fundada por ele em 1896, em Chicago.

Nessa instituição, que logo ficou conhecida como a “escola de Dewey”, “as hipóteses que se experimentavam [...] eram estritamente as de Psicologia funcional e da ética de Dewey” (WESTBROOK, 2010, p. 23). A exemplo de um laboratório, na “escola de Dewey”, o núcleo do programa de estudos era o que ele mesmo denominava “ocupação”, ou seja, “um modo de atividade por parte da criança que reproduz um tipo de trabalho realizado na vida social ou é paralelo a ela” (DEWEY apud WESTBROOK, 2010, p. 23). Nesse modelo de escola, buscava-se demonstrar, através da atividade experimental, a incorporação dos costumes sociais, morais e éticos.

Este modelo educacional proposto por Dewey teve importante papel na reformulação do liberalismo enquanto matriz ideológica condutora das políticas para manutenção do capitalismo. As mudanças ocorridas nos diversos âmbitos sociais eram para ele inevitáveis, porém, “[...] se o fluxo não tem de ser criado, tem de ser dirigido. Tem de ser controlado para poder mover-se para algum fim de acordo com os princípios da vida, pois que a própria vida é desenvolvimento” (DEWEY, 1970, p. 60).

Sua proposta pautava-se no controle da situação, em encontrar meios para dirigir as ações, sem, contudo, perder de vista os princípios liberais. Segundo ele:

A civilização, em qualquer caso, enfrenta o problema de unir as mudanças em curso em um plano coerente de organização social. O espírito liberal tem sua ideia própria do plano que se requer: uma organização social que torne possível a liberdade efetiva e a oportunidade do crescimento individual da mente e do espírito de todos os indivíduos (DEWEY, 1970, p.60).

Sugere que o liberalismo renasça para cumprir sua função social, “a de mediador das transições sociais” (DEWEY, 1970, p. 54). Logicamente que Dewey pensou reformulações para o liberalismo, uma vez que ao “surgir novas forças e a aparecer novas necessidades, temos de reconstruir os moldes da experiência velha para que as novas forças operem e as novas necessidades sejam atendidas” (DEWEY, 1970, p. 54).

Assim, sua proposta pautada no “[...] liberalismo renascente se fundamenta no método da ampliação da democracia, diferenciando-se do fascismo e do socialismo, uma vez que, segundo Dewey (1970), esses regimes se baseiam na aniquilação da democracia” (PEIXOTO, 1998, p.141).

No contexto em que Dewey estava inserido, a fase do *liberalismo de transição*¹ e implementação do capitalismo monopolista (início do século XX), alguns condicionantes o faziam dialogar com a real eficiência do liberalismo para o modo de produção social do período. Nesse momento, a economia capitalista encontrava-se agravada pela crise de 1929. Politicamente, os Estados totalitários descaracterizam os princípios liberais, principalmente, no que tange à democracia. E no aparato social, o pós Primeira Guerra (1914-1918) deixou economias devastadas e milhões de pessoas em situação de sobrevivência crítica.

O modo como a democracia vinha operando em um momento político universalmente delicado, produzia um descontentamento em Dewey, fato que o levou a indagar sobre

[...] o que é realmente o liberalismo; quais os elementos, se é que existem, de valor permanente nele envolvidos e como podem tais valores ser mantidos e desenvolvidos nas condições que hoje enfrenta o mundo. Levantei comigo mesmo estas perguntas. Esforcei-me por descobrir se era possível continuar uma pessoa, honesta e inteligentemente, a ser um liberal e, no caso afirmativo, que espécie de fé liberal poderia hoje ser defendida (DEWEY, 1970, p.16).

É devido a essas indagações, que Dewey acreditou não serem apenas suas, que decidiu divulgar o resultado de seus estudos e as conclusões a que chegou. Dessa maneira, afirmou a importância que teve o liberalismo na história, sua origem e seu desenvolvimento e afirmou que “o liberalismo teve uma carreira de altos e baixos, significando na prática coisas tão diferentes a ponto de serem opostas umas às outras” (DEWEY, 1970, p.16), e no momento histórico em que se encontrava, sua reabilitação pode significar a saída para os problemas visualizados pelo autor.

Na análise de Freitas, “o liberalismo era passível de crítica para Dewey, mas não em suas questões universais (cinco princípios liberais) e, em sendo universal, seria a formulação de pensamento mais adequado para que o mundo pudesse encontrar saídas para as muitas crises em que estava imerso” (2009, p. 37).

Dewey estava em diálogo com os economistas e políticos dos Estados Unidos, sobretudo com as teorias keynesianas do Estado interventor. Era um liberal, portanto defensor do modo capitalista de produção. A democracia foi seu grande escudo, fez dela a razão pela qual lutou por esse modo produtivo. E desse modo, a teoria educacional que propôs é adaptativa e conciliadora das tensões sociais.

¹ Warde (1984) divide o liberalismo em três fases de rearticulação: Liberalismo Clássico (séc. XVIII – XIX); Liberalismo de Transição (XIX – XX) e Liberalismo Multifacetado (pós 2ª Guerra Mundial).

É certo existirem conjunturas em que cessa momentaneamente o interesse e a atenção afrouxa, tornando-se necessário reforçá-los. Mas o que faz uma pessoa perseverar em árduos esforços não é a fidelidade a um dever abstrato e sim o interesse pela sua ocupação (...). E homem verdadeiramente interessado em seu trabalho é o que se sente capaz de resistir a um desalento temporário, de perseverar em face dos obstáculos, de aceitar os ossos do ofício: para ele torna-se um interesse resistir às dificuldades e distrações, e vencê-las (DEWEY, 1979, p.388).

A sua proposta visava à formação do novo tipo humano, o americano forte, que não se deixava abater diante das crises, portanto racional e adaptável aos problemas sociais:

A consolidação do Estado-nação exigia a formação de uma consciência nacional. A guerra civil não proporcionou uma hegemonização social e nem tampouco permitiu uma igualdade social. Economicamente, as diferenças eram bastante acentuadas. Porém é importante registrar que essas diferenças de classe e os preconceitos foram camuflados por um sentimento de soberania nacional. Nos Estados Unidos, a unidade nacional era assegurada pelo culto aos princípios básicos da Declaração da Independência de 1776, em que a liberdade, a democracia e o sentimento de solidariedade mantinham-se idealizados, embora, na prática, esses sentimentos não se estendem a toda sociedade, já que escravos, operários e mulheres não dividiam o mesmo sentimento, estavam excluídos de todo processo político (GALIANI, 2009, p. 57).

Dewey não concordava com essa exclusão social. Para ele, a democracia não faria sentido se não pudesse ser aplicada em todas as esferas sociais, na família, na escola, no Estado, etc. Negar a liberdade seria negar os fundamentos que sustentam o liberalismo americano.

O liberalismo em crise suscitava em Dewey a emergência de uma nova tendência com possibilidades de desenvolvimento, mantendo, no entanto, seus princípios básicos como concepção. Propôs, então, um liberalismo renascente, que resgatasse as questões éticas e morais, sob os cuidados do Estado.

A defesa da intervenção estatal na economia sugeria um comportamento econômico moral, regulador de mercado e, ao mesmo tempo, um freio ao “*laissez faire e ao laissez passer.*” John Dewey (1970) posicionou-se favorável à intervenção estatal (...) (GALIANI & MACHADO, 2004, p.124).

Alcançar um equilíbrio econômico nos Estados Unidos demandava uma aliança entre a política e economia.

O fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo [...]. O equilíbrio de poder, tenso, mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a

base de poder da expansão de pós-guerra, não foi alcançado por acaso – resultou de anos de luta (HARVEY, 2004, p. 125).

Keynes e Ford convergiram para uma necessária implementação de um plano de intervenção social sobre a formação da ética e da moral do trabalhador americano. Sob esse aspecto, podemos considerar que Dewey constituiu-se como um forte aliado no plano de restauração da economia capitalista dos Estados Unidos, com suas proposições para a educação.

Dewey criticava a educação tradicional, por usar métodos verticalizados, que traziam em sua essência imposições de cima para baixo e de fora para dentro. A imposição da autoridade sobre normas e padrões adultos não permitia a liberdade, isso inquietava Dewey, porque via nesse modelo educacional a adequação ao modelo social imposto nas sociedades autoritárias ou mesmo no interior das fábricas (GALIANI, 2009, p. 103).

Dewey propôs uma educação que, em sentido mais amplo, formasse “os hábitos dominantes da mente e do caráter” (DEWEY, 1970, p. 62), uma vez que, para ele, “as mudanças tão aceleradas criaram confusões e incertezas que revelaram a falta de preparação mental e intelectual para elas” (WARDE, 1984, p.123). Diante desse quadro generalizado de incertezas, Dewey descaracterizava os novos rumos político-sociais, tratando-os por catástrofes:

Não é de surpreender que os homens tenham procurado proteger-se do impacto de tão vasta mudança, recorrendo ao que os psicanalistas chamam racionalizações, isto é, fantasias protetoras. A ideia vitoriana de que a mudança é parte de uma evolução que nos levaria, através de fases sucessivas, a algum pré-ordenado, distante e divino acontecimento, é uma racionalização. A concepção de uma súbita, completa e quase *catastrófica transformação*, que traria a vitória do proletariado sobre a classe dominante, é outra semelhante racionalização (DEWEY, 1970, p.61 - grifo nosso).

Desse modo, Dewey conferia ao plano ideológico a causa dos problemas sociais. Para ele, os indivíduos sem uma vasta inteligência diante dessas mudanças sociais podem perder-se ante seu “alcance e intensidade” e serem facilmente cooptados por ideias ilusórias de transformação social. Consiste, nesse aspecto, a grande responsabilidade do liberalismo “que pretende ser uma força vital da sociedade. A sua tarefa é, antes de tudo, a de uma educação no sentido mais largo do termo” (DEWEY, 1970, p.62).

Ao realizar a crítica daquilo que chama de “catastrófica transformação”, Dewey inseriu uma concepção de educação de cunho ideológico e moral como princípio fundamental para a concretização da reforma liberal.

Quando, pois, digo que o primeiro objeto de um renascente liberalismo é educação, com isto desejo acentuar que sua tarefa é a de ajudar a formação de hábitos da mente e do caráter, de padrões morais e intelectuais, que estejam de algum modo mais concordes com a atual marcha dos acontecimentos. [...] pensamento resoluto é o primeiro passo na mudança de ação, que, por sua vez, conduzirá a novas mudanças necessárias nos moldes da mente e do caráter (DEWEY, 1970, p.64/65).

Uma educação adequada, segundo Dewey (1970) levaria à plena democracia, voltada para a liberdade na ação e na inteligência, que estabeleça amplamente a harmonia nas relações sociais. A democracia em Dewey (1970),

[...] não é a que se consegue com a ampliação dos mecanismos de participação dos indivíduos no âmbito político, ela é mais expandida, requer mecanismos de democratização da própria sociedade civil, que é possível, segundo o autor, porque, apesar da existência dos conflitos de classe, a tendência da sociedade em seu desenvolvimento seria o de minimizar a importância desses conflitos, surgindo inúmeras pluralidades que não necessariamente passariam por dentro da lógica do conflito entre as classes existentes. Uma sociedade plural é uma sociedade que necessita da concepção como método (PEIXOTO, 1998, p.143).

No entanto, é preciso ter claro que, ao tratar da democracia, Dewey partia do pressuposto de que ela representa sempre como limites as relações capitalistas que a produzem, afinal:

Dewey (1970), apesar de admitir a existência de luta de classes e de interesses conflitantes, não concorda que a saída seja uma mudança drástica da sociedade, que em sua concepção não resolveria o conflito de interesses. O método para se conseguir mudanças radicais das instituições não é o da luta de classes, mas o desenvolvimento do princípio da inteligência, visando a assegurar na sociedade a liberdade concebida como liberdade real (PEIXOTO, 1998, p.138).

E afirma;

É completamente verdade que o que está acontecendo socialmente é o resultado da combinação dos dois fatores, um dinâmico e outro relativamente estático. Se quisermos dar a essa combinação o nome de capitalismo, então será um truismo dizer que o capitalismo é a “causa” de todas as importantes mudanças sociais que ocorreram – afirmação que os representantes do capitalismo estão ansiosos por fazer, sempre que o aumento da produtividade esteja em questão. Mas, se quisermos compreender e não apenas dar títulos favoráveis ou desfavoráveis, conforme seja o caso, devemos, por certo, começar e acabar pela discriminação e análise (DEWEY, 1970, p.82).

Para Dewey, a causa dos problemas sociais está na razão, no modo como se concebe a inteligência e a ciência, e não no modo de produção e nas relações sociais que este estabelece. Esse teórico, corroborando essa interpretação, atribuía à evolução da inteligência e produção científica as mudanças concretas que ocorreram na sociedade: “A guerra moderna tem um poder destrutivo além de tudo que se tenha conhecido no passado” (DEWEY, 1970, p. 83). E reforçava: “Esse aumentado poder destrutivo se deve primariamente ao fato de que a ciência elevou a um novo grau a capacidade destrutiva de todos os instrumentos de hostilidade armada” (DEWEY, 1970, p.83).

Dewey alertava que, caso o liberalismo, sob um cunho positivista de moralidade e organização, não fosse restabelecido, os países totalitários provocariam a extinção do modo de produção capitalista.

Reduzir o problema do futuro a uma luta entre o fascismo e o comunismo será um convite à catástrofe, que poderá arrastar a própria civilização. Um liberalismo democrático, vivaz e corajoso será a força capaz de evitar a desastrosa redução do problema. Por mim, não creio que os norte-americanos, vivendo na tradição de Jefferson e Lincoln, se enfraqueçam e se rendam sem um esforço sincero e ardente por transformar a democracia em uma realidade viva. Mas isso, repito, envolve organização (DEWEY, 1970, p. 90).

A organização se daria, na proposição de Dewey, por meio da pesquisa que cumpra o papel de encontrar meios de dirigir e organizar a vida social através da democracia.

Para tornar o liberalismo radical e atingir a liberdade real Dewey (1970) propõe o método da democracia, concebida como método da inteligência organizada que é desenvolvido pelo autor de acordo com três principais ideias: a primeira é de que é preciso dar consequência social à reformulação da inteligência e à ideia de liberdade de expressão e pensamento, democratizando os efeitos da ciência. [...] a segunda ideia é a de que o método da democracia, como inteligência organizada, é experimentalista e o único capaz de, em nome da maioria, resolver o problema dos conflitos sociais. [...] a terceira é a de que a educação assume fundamental papel no liberalismo renascente. Para que a educação cumpra esse papel é necessário que ela não apenas mude os hábitos e os pensamentos, mas que propicie uma efetiva ação dos indivíduos que para ser possível são necessárias alterações institucionais (PEIXOTO, 1998, p.138).

A organização da vida social devia voltar-se “para a variedade de culturas que existem e para a variedade de elementos constitutivos da natureza humana” (DEWEY, 1970, p. 125), operando para que se possa interagir nessas variedades constitutivas sem deixar-se seduzir por outras idéias não patrióticas. A respeito do princípio da inteligência, Dewey (1979, p.111) se

posicionava no seguinte formato, fazendo jus ao princípio da individualidade e ao moralismo próprio do Estado americanista/fordista.

Um homem é pouco inteligente quando se satisfaz com conjeturas mais vagas do que conviria sobre o resultado de seus atos, contando sempre com a sorte, ou então quando faz planos sem observar as condições atuais, inclusive suas próprias aptidões. Essa ausência relativa de inteligência significa que se deixa guiar mais pelos sentimentos, em relação àquilo que vai acontecer. Para sermos inteligentes, devemos “parar, olhar, escutar”, a fim de conceber um plano de ação (DEWEY, 1979, p. 111/112).

Considerando necessário reformular as concepções educacionais de sua época para atender as suas proposições a respeito da democracia e da inteligência, Dewey criticava a maneira de se ensinar nas escolas.

Era definitivamente hostil a tudo que lembrasse planejamento social coletivo. A doutrina do *laissez-faire* aplicava-se tanto à inteligência quanto à ação econômica, embora o conceito de método experimental na ciência exigisse o controle por ideias complexas projetadas em possibilidades a serem realizadas na ação. O método científico se opunha tanto ao faze-o-que-desejares em matéria intelectual quanto à confiança em hábitos da mente, cuja sanção fosse a de que tinham sido formados “por experiência” no passado. A teoria da mente sustentada pelos primeiros liberais avançou além dessa dependência no passado, mas não chegou à ideia da inteligência experimental e construtiva (DEWEY, 1970, p.49/50).

Ao propor a aplicabilidade da inteligência baseada na ação, na empiria, o autor sustentava que se devia a isso a consolidação e durabilidade do liberalismo. Com base nessa concepção fazia suas proposições para a educação.

O liberalismo está comprometido com um fim, ao mesmo tempo duradouro e flexível: a liberação dos indivíduos de modo que a realização de suas capacidades seja a lei de suas vidas. Está comprometido com o uso da inteligência liberada como o método de dirigir a mudança (DEWEY, 1970, p.60).

Conforme já apontamos, John Dewey escreveu no contexto da Segunda Guerra Mundial e dos modelos de Estados fascista, socialista e liberal em conflito. Após a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, a crise econômica gerou forte recessão nos países governados pela “mão invisível” do mercado. Tornava-se fundamental, nesse momento, encontrar uma política educacional que contemplasse os anseios daquela classe dominante, que fosse ao encontro dos pressupostos que a colocou no poder e, como não poderia ser diferente, a mantivesse hegemônica durante os processos de crises cíclicas do capital.

No contexto em que se desenvolveu o keynesianismo, o fordismo e a Escola Nova de Dewey, vemos muitas afinidades dentre esses modelos de Estado, indústria e escola.

Assim é que, para compreender a relação da proposta de Dewey com o fordismo, precisamos lembrar que Ford, enquanto intelectual da escola da regulamentação, mantinha-se atento à vida de seus funcionários dentro e fora da linha de produção. Ford levava em consideração a anatomia e desenvolvimento dos seus empregados durante a produção, ele observava a vida pessoal e as condições de existência de seus empregados, porque entendia que a ‘cera’² no trabalho tem mais a ver com as condições psicológicas e sociais do que propriamente com a recompensa pelo salário, embora esta seja também fundamental. Para o fordismo era importante que seus empregados agissem de modo regulamentado também fora do trabalho, a partir da incorporação de uma rotina. “Eles deveriam, alegava ele [Ford], cultivar legumes nas horas vagas nos próprios jardins (uma prática seguida com grandes resultados durante a Segunda Guerra Mundial na Inglaterra)” (HARVEY, 2004, p. 122), para assim evitar que passassem fome durante a crise e pudessem vir a cometer barbáries.

Na regulamentação social, a educação teve (e tem) papel fundamental. É a abordagem ideológica em larga escala. A formação do novo tipo humano, necessária ao modelo fordista, feita através da incorporação das novas técnicas e modelos de produção e vivência, perpassava a educação. O fordismo considerou necessário um diferencial na formação da mão de obra.

Dewey entendeu isso muito bem, tinha objetivos bem claros com suas proposições para a educação, os quais casavam com os objetivos dos liberais norte-americanos e confirmavam seu reconhecimento como um dos principais rearticuladores do “liberalismo renascente”. Sua proposta compreendia que a escola poderia, em seu conjunto, refletir a vida em sociedade e vivenciar as experiências sociais, econômicas, políticas e religiosas.

Em primeiro lugar, a vida na escola deve ser como em uma sociedade, com tudo o que isto subentende. A compreensão social e os interesses sociais só se podem desenvolver em um meio genuinamente social, onde exista o mútuo dar e receber, na construção de uma experiência comum (DEWEY, 1979, p. 394).

Dewey propôs que a escola deveria estar voltada para as mudanças que aconteciam na sociedade (GALIANI, 2009, p. 130). O foco seria adaptar o indivíduo a atuar na sociedade capitalista organizada conforme o sistema keynesiano de manutenção, adaptação e reprodução

² A expressão “fazer cera” é usada por Taylor em seu livro *Princípios da administração científica* (1968) para designar as constantes falhas dos empregados, as faltas no trabalho ou a falta de interesse e morosidade no processo produtivo.

do liberalismo em qualquer sociedade capitalista. Dewey, ao partilhar das ideias do Estado interventor e do keynesianismo de modo geral, construiu uma articulação entre os ideais da economia política e a formação do novo tipo humano. Uma formação que vai ao encontro do perfil do trabalhador racional, do ser humano socialmente racional.

Keynes, ao propor a cooperação do Estado, sempre se referia ao sistema econômico. E como sabemos, a educação não faz parte diretamente de tal sistema, mas pode, no entanto, estar ligada a ele de forma indireta através da preparação da mão-de-obra ou até mesmo, para lembrarmos Smith, do empenho para o não embrutecimento das mentes (SANTANA, 1996, p.153).

A formação do trabalhador, para que este não se rebelasse contra a ordem imposta, deveria se dar também no âmbito da moralidade, da ética e da dignidade pessoal. Dewey observou isso e entendeu que a educação tradicional, elitista, já não comportava mais as necessidades econômicas da época.

A educação proposta por Dewey compreendia uma formação com objetivos claros. Adotava meios e métodos que produziriam, no decorrer da formação, o cidadão que a sociedade exigia:

A metodologia adotada procurava meios eficazes de aprender e ensinar, tendo o aluno como centro da educação, um agente ativo no processo de aprendizagem. Os princípios básicos eram: desenvolver a solidariedade, integrar aluno e sociedade, promover atividades que favorecessem a cooperação das crianças e formar o cidadão (GALIANI e MACHADO, 2004, p.119).

Dessa forma, a proposta de Dewey procurou estabelecer uma forte articulação racional entre indivíduo, sociedade e educação, por meio do desenvolvimento de um espírito democrático, atribuindo as respectivas responsabilidades de cada um para garantir a convivência social. E atribuiu à educação o papel de flexibilizar os processos cognitivos de forma que contribuam para uma melhor adaptação do indivíduo à sociedade, independente das suas características ou classes sociais (GALIANI, 2009, p.132).

Compreender as propostas de Dewey converge também para a compreensão do desenvolvimento material da sociedade, onde a educação, sob o ponto de vista histórico, seria a alavanca para o desenvolvimento cultural (GALIANI e MACHADO, 2004, p.133). Nessa proposta, a democracia é vista como a única forma eficiente e pacífica de promover a mudança social e tornar o capitalismo mais humano, justo e solidário. A democracia deveria ser objeto de convivência em todos os setores sociais, para que houvesse uma assimilação

consciente da vivência democrática. Através da escola, as crianças teriam em si o desenvolvimento de um sentimento de cooperação e democracia, os quais seriam desenvolvidos desde os primeiros anos na intenção de acompanhá-los por toda a vida. Esse sistema educacional dava ênfase, sobretudo, à fixação dos limites dessa liberdade e formação moral.

O que se observa no contexto político e econômico em que Dewey estava situado é a preocupação constante com a manifestação de uma identidade nacional através de discursos morais e patrióticos. Considerando a educação como uma importante aliada na consecução desses ideais políticos identitários, alguns países capitalistas passaram a desenvolver sistemas de ensino voltados para esses fins e para atender a premente necessidade industrial da formação de mão de obra (GALIANI, 2009, p. 73).

O Estado foi encarregado de garantir a educação a todas as classes sociais, uma vez que o acelerado desenvolvimento recrutava toda mão de obra disponível. A escola ganhou duas vias funcionais: uma de formar mão de obra qualificada, outra, de ocupar e manter sob tutela os filhos de mulheres trabalhadoras. Este segundo ponto remete a mais uma das funções realizadas pela escola em seu papel de mediar interesses de classes, uma vez que conjuga interesses da indústria, da produção, com uma necessidade social da classe trabalhadora.

A emergência da industrialização suscitou a necessidade de uma formação para as classes trabalhadoras. Considerando que no modelo produtivo de Ford, a mão de obra devesse ser qualificada, os rudimentos educacionais elementares deveriam ser estendidos a toda população. Assim, estava posto um quadro político, econômico e social de expansão do ensino, tendo em vista a demanda da qualificação da mão de obra.

Além da racionalização do fordismo e da nova conjuntura política do *Welfare State*³, duas formas políticas de Estado pairavam sobre as “mentes do globo”⁴. Logo, a educação necessitava urgentemente dimensionar o novo modelo de ensino para a formação da consciência liberal e americanizada, uma vez que, após a Primeira Guerra Mundial, a divisão

³ Estado de Bem-Estar Social

⁴ As duas formas políticas de Estado que ameaçavam o Estado liberal eram: o modelo fascista presente principalmente na Itália e Alemanha. Esse modelo representava ameaça porque, naqueles tempos de crise econômica, o Estado Fascista mantinha sob tutela a economia de sua nação, impedindo em maior grau a fome e a miséria. Outro modelo seria o Estado Socialista, presente na Rússia. Nesse modelo, o Estado tomou para si as indústrias e partilhou igualmente o trabalho e os bens entre os habitantes, impedindo também a miséria e a fome que assolavam os países capitalistas. Por isso, esses dois modelos diversos de Estado pairavam sobre as mentes dos demais habitantes do globo, pois os faziam pensar em outras possibilidades de Estado e produção social. “O trauma da Grande Depressão foi realçado pelo fato de que um país que rompera clamorosamente com o capitalismo pareceu imune a ele: a União Soviética. [...] E mais, não havia desemprego (HOBSBAWM, 1995, p. 100).

política do globo representava uma séria ameaça ao liberalismo e ao Modo de Produção que o engendrava, sobretudo nos Estados Unidos.

A formação da classe trabalhadora não deveria acontecer apenas sob o aspecto da formação da mão de obra, mas também tendo em vista a incorporação da ideologia norte-americana do Estado liberal “(...) formar cidadãos para se engajarem ativamente no modelo político da democracia americana, de modo a dar coesão à sociedade e alargar as bases sociais da hegemonia burguesa (DORE SOARES, 2000, p.244). É preciso considerar que se tratava de um período em que a economia e a política capitalista estavam ainda fragilizadas, observando-se o crescimento dos Estados socialistas.

A organização da classe proletária, a ampla divulgação de ideias sobre uma nova forma de produção baseada na distribuição igualitária de bens, as reformas que se processavam no interior da Rússia contribuíram para que o Estado burguês repensasse a sua função na sociedade. Por isso, o Estado passou a implementar um conjunto de reformas econômicas e sociais, com uma política voltada para o bem-estar social. Não se pode esquecer que esta era uma forma de controle social, entretanto esse controle se efetivaria desde que existisse uma prática democrática. Para existir a prática democrática, tornava-se necessário formar um espírito democrático na população, e este se daria por meio da educação. Desta forma, a educação passaria a subsidiar uma prática democrática na sociedade e, ao mesmo tempo, proporcionaria mudanças sociais sem, contudo, provocar uma ruptura com a forma de organização social, ou seja, asseguraria e manteria a divisão do trabalho e a sua respectiva hierarquização social (GALIANI, 2009, p.22).

Diante dessa configuração, “a Dewey não cabia mais discutir a escola pública, universal e gratuita” (WARDE, 1984, p.113). O que ele propunha era muito mais amplo. Uma educação de cunho democrático, moral, voltada para o cumprimento das normas e regras da sociedade era o que a política e a economia dos Estados Unidos almejavam na época. O sistema educacional de John Dewey assumia essa perspectiva.

Para ele, se o capitalismo leva à desigualdade social, a educação seria uma “via” para conduzir à igualdade. De todas as novidades estimuladas pelo capitalismo, a escola é a única que se mantém como possibilidade equalizadora da sociedade (DORE SOARES, 2000, p.239).

Com base nas proposições de Dewey, os Estados Unidos implementaram uma reforma educacional que visava a articular os princípios liberais e à formação da classe trabalhadora. “Atacando” o modelo educacional tradicional, na obra “Experiência e educação” Dewey propõe um modelo de Educação “Nova” ou “Progressiva” (DEWEY, 1971, p.3) e transpõe à educação diversos princípios e objetivos, dentre eles, *ideológicos* (formação ética e moral),

experimentais (continuidade e interação) e *psicológicos* (individualidade e relações sociais), fundando assim, a base da sua teoria educacional, a “Escola Nova”.

Na escola fundada por Dewey, a preparação para a vida social se daria através da organização diária com regras, nas quais as crianças estariam muito próximas da real organização societária, de modo que, ao sair da escola, encontrariam familiaridade com o modo de produção social.

Se os métodos utilizados pelo “americanismo” para formar um novo tipo de homem se baseiam essencialmente na coerção e, por isso, são exteriores e mecânicos, trata-se, então, de educar os homens para que eles cheguem a assumir como próprias as novas exigências da sociedade industrial. É nessa direção que surge a “educação progressiva”. Pode-se dizer que essa concepção educacional vai traduzir, no plano cultural, as novas demandas do “americanismo” (DORE SOARES, 2000, p.245).

Dewey propôs um modelo educacional favorável ao modelo de Estado interventor de Keynes (1883-1946) e ao modelo fordista de produção. A junção das teorias do educador Dewey, do político Keynes e do industrial Ford, resultaram na reformulação ideológica, política, social e econômica do sistema capitalista de produção nos Estados Unidos e nos demais Estados capitalistas.

Logo, como procuramos recuperar aqui, a familiaridade com a nova ordem social deveria acontecer ética e moralmente. O modelo educacional proposto pelas conjunturas mundiais, principalmente pelo fascismo e socialismo, era rejeitado na filosofia educacional de Dewey, que trabalhava na defesa de uma economia democrática. Toda organização educacional deweyana voltava-se para a defesa da manutenção e rearticulação do liberalismo. Extraímos assim, que a filosofia educacional de Dewey contribuiu significativamente para rearticular e manter a ordem liberal democrática americana.

Considerações finais:

Tendo em vista, que o liberalismo, teoria política do capitalismo, foi produzida sobretudo no século XVII, culminando na Revolução francesa de 1789, essa teoria mantinha intactos os princípios que a engendraram, contudo a crise econômica do início do século XX e a emergência dos Estados socialistas e fascista, colocaram em descrédito o Estado Liberal e o modo de produção capitalista. Essa decadência do capitalismo é agravada pela Primeira Guerra Mundial, a falta de condições vitais para a população, principalmente dos Estados

Unidos, os mantinha em revoltas constantes, onde nenhum princípio moral da democracia alcançava êxito.

Preocupados com a decadência do capitalismo e a emergência do socialismo, intelectuais liberais propõem reformas políticas, sociais e econômicas nos Estados Unidos. É evidente que o massacre que este país produziu para dar fim a Segunda Guerra Mundial foi decisivo para a difusão de sua ideologia no mundo, contudo há de se considerar que a união do modo de produção fordista, o Estado de políticas sociais interventoras de Keynes e o modelo educacional democrático de Dewey tiveram papel fundamental na rearticulação do capitalismo e do liberalismo. Por isso, temos um novo liberalismo, um neoliberalismo, como preferem alguns autores, onde o Estado intervêm minimamente na economia com fins de garantir a realimentação do capitalismo quando este entra em crise. No novo modelo liberal o Estado tem papel fundamental de manter a sociedade pacificada para não haver confrontos e barbáries que poderiam causar a queda do modo de produção capitalista. Para isso usam da democracia como elemento salvaguarda do Estado liberal, porém, caso haja crise e a população se rebele, também o Estado mantém um aparato militar de contenção das massas.

John Dewey desenvolveu um modelo educacional que priorizava a participação e a democracia como elemento de ensino aprendizagem. Em sua proposta, a escola deve imitar a sociedade para que a formação prepare os indivíduos para lidar com o modelo social proposto no capitalismo. A formação de cunho moral e patriota valoriza a aprendizagem utilitarista e pragmática, também o professor deve deixar de ser autoritário e adotar postura de facilitador do processo de ensino-aprendizagem, deve usar de técnicas que despertem na criança o desejo de aprender e nunca a imposição de conteúdos. Deve considerar o que é interesse da criança aprender antes de formular seu planejamento de ensino.

O modelo educacional proposto por Dewey na “Escola Nova” produziu uma ampla reforma educacional em diversos países, inclusive no Brasil, que permanece nas atuais reformas e políticas educacionais para formação da classe trabalhadora.

Referências Bibliográficas:

DEWEY, J. **Liberalismo, Liberdade e Cultura**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Editora da Universidade de São Paulo, 1970.

_____. **Experiência e Educação**. Trad. Anísio Teixeira. São Paulo, Editora Nacional, 1971.

_____. **Democracia e Educação: introdução à filosofia da educação**. Trad. Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 4ª ed. Editora Nacional. São Paulo, 1979.

DORE SOARES, R. **A concepção Gramsciana do estado e o debate sobre a escola.** Ijuí - Ed. UNIJUÍ, 2000 (coleção educação).

FREITAS, C. R. **O Escolanovismo e a Pedagogia Socialista na União Soviética no Início do Século XX e as Concepções de Educação Integral e Integrada.** Cascavel – PR, 2009. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

GALIANI, C. e MACHADO, M. C. G. **As propostas educacionais de John Dewey para uma sociedade democrática.** Revista Educação em Questão. Natal, v. 21, n. 7, p. 116-135, set./dez. 2004. Disponível em <http://www.revistaeduquestao.educ.ufrn.br/pdfs/v21n07.pdf> Acesso em 05 de maio de 2012.

____ **Educação e Democracia em John Dewey.** Editora da Universidade Estadual de Maringá – EDUEM. Maringá - PR, 2009.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna.** 13ª ed. Edições Loyola. São Paulo – 2004.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX.** Companhia das letras. São Paulo, 1995.

PEIXOTO, M. G. **A Condição Política na Pós-modernidade: a questão da democracia.** São Paulo: EDUC, 1998.

SANTANA, L. C. **Liberalismo, Ensino e Privatização: um estudo a partir dos clássicos da economia política.** Tese de Doutorado. Unicamp, Faculdade de Educação, 1996.

WARDE, M. J. **Liberalismo e Educação.** São Paulo: PUC, 1984. Tese de doutorado.

WESTBROOK, R. B.. DEWEY, J. (1859-1952). in: ROMÃO, J. E.; RODRIGUES, V. L. (org.). **John Dewey.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, Coleção Educadores, 2010.